

(continuação)

Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Avenida Brasil, 78 - Poá - SP / CNPJ nº 62.063.177/0001-94

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016				EM MILHARES DE REAIS			
12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
a) Ações - O capital social da Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, está representado por 143.790.014 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. b) Dividendos - Os acionistas têm direito ao dividendo mínimo obrigatório anual estabelecido no estatuto social equivalente a 0,1% sobre o valor do lucro líquido correspondente as ações. Em 31.12.2016, foram provisionados dividendos mínimo obrigatório no montante de R\$ 65.				Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
				31.12.2016	31.12.2015	2016	2015
Disponibilidades – Nota 4 ⁽¹⁾				3.553	3.840	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros				12.630.671	13.036.908	1.570.127	1.471.282
Banco J. Safra S.A.				9.011.089	8.771.965	529.083	1.167.240
Banco Safra S.A.				3.619.582	4.264.943	1.041.044	304.042
Recursos de aceites e emissão de títulos –							
Debêntures – Nota 9				(18.878.973)	(18.548.640)	(2.318.000)	(2.210.727)
Banco Safra S.A.				(18.877.924)	(18.501.596)	(2.316.351)	(2.205.632)
Demais empresas				(1.049)	(47.044)	(1.649)	(5.095)
Instrumentos financeiros derivativos – Swap – Nota 6(a) ⁽¹⁾				616	11.536	(8.415)	7.483
Despesas de alugueis				-	-	(341)	(331)
Acauã Construtora Ltda.				-	-	(158)	(331)
Severa Incorporações Imobiliária S.A.				-	-	(183)	-

⁽¹⁾ Referida reserva foi constituída objetivando possibilitar a formação de recursos para futuras incorporações

⁽¹⁾ Referida reserva foi constituída objetivando possibilitar a formação de recursos para futuras incorporações desses recursos ao capital social, pagamento de dividendos intermediários, manutenção de margem operacional compatível com desenvolvimento das operações da Companhia e/ou expansão de suas atividades. **d) Ajuste de avaliação patrimonial dos ativos financeiros disponíveis para venda:** Não existe ajuste de avaliação patrimonial dos ativos financeiros disponíveis para venda, conforme nota 6(a), portanto, o resultado abrangente é igual ao lucro líquido.

13 - OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração - Em Assembléia Geral Ordinária realizada em 29.04.2016, foi estabelecida a remuneração máxima total anual para os membros da Administração da Companhia no montante de R\$ 1.800 (R\$ 2.200 em 31.12.2015), vigente até a data-base, tendo sido pago no período o montante de R\$ 1.417 (R\$ 1.602 em 2015). A Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o seu pessoal-chave da Administração. **b) Participação acionária integral do Banco Safra S.A.** **c) Transações com partes relacionadas:** As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento a Resolução CMN nº 3.750/2009. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

A DIRETORIA

José Manuel da Costa Gomes - Contador - CRC nº 1SP219892/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil
São Paulo-SP

Opinião com ressalva - Examinamos as demonstrações contábeis da Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, **exceto pelos efeitos** do assunto descrito a seguir intitulado "Base para opinião com ressalva" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião com ressalva** - A Companhia registra as suas operações e elabora suas informações contábeis com a observância das práticas contábeis estabelecidas pelo **Banco Central do Brasil - BACEN**, que requerem o **ajuste ao valor presente** da carteira de arrendamento mercantil como **provisão para superveniência (ou insuficiência)** de depreciação, classificada no ativo permanente (Nota 7(a)). **Essas práticas não requerem a reclassificação das operações**, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante, realizável a longo prazo e rendas/despesas de operações de arrendamento mercantil, mas propiciam a apresentação do resultado e do patrimônio líquido em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Principais assuntos de auditoria** - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Impairment de ativos financeiros – carteira de arrendamento mercantil e de títulos e valores mobiliários emitidos pelo setor privado (títulos privados).** A Companhia possui carteira de arrendamento mercantil e aplicações em títulos privados detidos com o propósito de coletar os fluxos de caixa de juros e principal desses ativos financeiros, de maneira similar a uma operação de crédito. Com isso, o tratamento dado ao risco de crédito dos títulos privados é similar ao tratamento dado às operações de crédito, na análise de perda de crédito desses títulos (*impairment*). Para tanto, a Companhia desenvolve modelos de provisão para perdas de crédito que abrangem essas operações, e efetua provisão, quando necessário, para cobrir seu risco de crédito. Devido à complexidade do modelo de provisão para perdas de crédito, do uso de estimativa e do alto nível de julgamento por parte da Administração na determinação das provisões que são constituídas, demandamos esforços na auditoria incluindo o trabalho de membros seniores da nossa equipe por se tratar de risco significativo de auditoria e termos considerado o assunto relevante para a nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do critério de provisionamento adotado pela Companhia; (ii) leitura da política de provisionamento desses ativos financeiros; (iii) análise dos critérios de provisionamento dessas operações, em base amostral; (iv) análise do nível de provisionamento total das carteiras e desafio aos critérios utilizados nas políticas; e (vi) pesquisa, em base de amostra, da situação de inadimplência dos emissores desses ativos financeiros no mercado e na Companhia. Considerando a política e os critérios adotados pela administração para determinar a provisão para perdas com crédito, o resultado dos nossos procedimentos foi considerado apropriado. **Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado** - A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. *Auditoria do ano anterior* - As demonstrações contábeis da Companhia para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 24 de fevereiro de 2016 contendo a mesma ressalva apresentada no parágrafo "Base para opinião com Ressalva" sobre essas demonstrações contábeis. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A administração da Companhia é responsável pelas informações contidas no Relatório da Administração, obtido antes da data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	31.12.2016	31.12.2015	2016	2015
Disponibilidades – Nota 4 ⁽¹⁾	3.553	3.840	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	12.630.671	13.036.908	1.570.127	1.471.282
Banco J. Safra S.A.	9.011.089	8.771.965	529.083	1.167.240
Banco Safra S.A.	3.619.582	4.264.943	1.041.044	304.042
Recursos de aceites e emissão de títulos –				
Debêntures – Nota 9	(18.878.973)	(18.548.640)	(2.318.000)	(2.210.727)
Banco Safra S.A.	(18.877.924)	(18.501.596)	(2.316.351)	(2.205.632)
Demais empresas	(1.049)	(47.044)	(1.649)	(5.095)
Instrumentos financeiros derivativos – Swap – Nota 6(a) ⁽¹⁾	616	11.536	(8.415)	7.483
Despesas de aluguéis	-	-	(341)	(331)
Acauá Construtora Ltda.	-	-	(158)	(331)
Severa Incorporações Imobiliária S.A.	-	-	(183)	-

⁽¹⁾ Refere-se a transações integralmente relacionadas ao Banco Safra S.A. (controlador). Adicionalmente, a Companhia investe em cotas de fundos de investimento exclusivos, administrados pelas empresas do Grupo Safra, conforme composição contida na Nota 6(a).

14 - OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gestão de riscos - A Safra Leasing mantém através de seu controlador (Banco Safra S.A.), um conjunto de normas e procedimentos para assegurar o cumprimento das determinações legais, regulamentares, das melhores práticas de mercado e de suas políticas internas. O Banco concentra na Diretoria Executiva de Riscos Corporativos as estruturas responsáveis pela gestão dos riscos de mercado, liquidez e operacional e na Diretoria de Análise de Crédito a gestão do risco de crédito, formando a base necessária para atendimento da regulamentação vigente. No site do Banco Safra (www.safra.com.br) estão disponíveis as informações relativas às estruturas de gerenciamento de riscos de crédito, mercado e operacional. O relatório de gestão de risco será disponibilizado nesse endereço no prazo estabelecido pela Circular BACEN nº 3.678/2013. **b) Comitê de auditoria** - Conforme previsto na Resolução CMN nº. 3.198/2004, o resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, compreendendo a Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, foi divulgado em conjunto com as demonstrações contábeis da Companhia líder do Conglomerado, o Banco Safra S.A., e encontram-se disponíveis no site (www.safra.com.br). **c) Exposição cambial** - Em 31.12.2016 e 31.12.2015, a Companhia não detinha operações indexadas em moedas estrangeiras.

demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler as informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, consistentes com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nessas informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de janeiro de 2017

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609 /O-8

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador
CRC nº 1 PR 050377/O-6

Certificação Digital Imprensa Oficial

Segurança e agilidade na administração da sua empresa.

- Substituição dos documentos em papel pelo equivalente eletrônico conservando sua validade jurídica
- Assinatura digital de documentos
- Transações eletrônicas seguras
- Adequação às exigências da Receita Federal
- Emissão de procurações eletrônicas de qualquer lugar do mundo



**certificação digital**

www.imprensaoficial.com.br

SAC 0800 01234 01

**imprensa oficial**
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO